

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## COMISSÕES PERMANENTES

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Tomazoni  
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silverio; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

##### SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência  
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

##### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agilides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Ma'or.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

### Ata da Sessão Especial

Realizada em 17 de Agosto de 1972 - (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo, achando-se ainda tomando assento à Mesa as seguintes autoridades: Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, Excelentíssimo Senhor Comandante da 5.ª Região Militar e Excelentíssimo Senhor Comandante da E.I.O.E.G.

As 15.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramiella — Rosário Pitelli — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Armando Queiroz — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Fuad Nachi — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Muggiati Filho — Paulo Belli — Pinto Dias — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva, achando-se presente ainda inúmeras autoridades civis, militares e pessoas convidadas.

Havendo número legal, o Sr. Presidente declara aberta a presente

#### SESSÃO ESPECIAL

que se constitui na concretização solene do empenho da Assembleia Legislativa do Paraná de participar das comemorações de mais um aniversário da instalação dos cursos jurídicos no Brasil. Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Esta Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, a quem cabe a iniciativa, referendada pela Casa, nesta homenagem do Legislativo Paranaense à nobre classe dos advogados.

O SR. CÂNDIDO MANOEL DE OLIVEIRA — Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Representante de S. Exa., o Sr. Comandante da 5.ª Região Militar, Sr. Comandante da EOEG, Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, Exmo. Sr. Procurador da República no Paraná, Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado, Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Alcáida deste Estado, Exmos. Srs. Secretários de Estado, Exmos. Srs. Desembargadores, Exmos. Srs. Juizes do Tribunal de Alcáida, Exmos. Deputados Estaduais, minhas Senhoras e meus Senhores.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná reúne-se hoje em Sessão Solene para associar-se às manifestações de júbilo pelo transcurso, no dia 11 deste mês, de mais um aniversário da Instalação dos Cursos Jurídicos neste País. E esta Casa, assim o fazendo, deseja testemunhar ao Paraná e ao Brasil, o apreço que os seus membros, autênticos representantes do povo deste Estado, têm para com aqueles que, vivendo do Direito, lutam pela Justiça, os advogados. E a hora é oportuna para que o Poder Legislativo dê este testemunho que proclama aqueles que têm ouvidos para ouvir e sentimentos para sentir, que os representantes do povo do Paraná reconhece tem em alta consideração o trabalho dos advogados neste Estado e neste País e a hora presente exige cada vez mais dos representantes de parcela da opinião pública, a afirmação das verdades, o elogio das liberdades, dos elogios a quem merece. Às vezes elogios mal compreendidos seria quem sabe mais fácil, realizar uma sessão para homenagear outras categorias que não é a categoria profissional. Porque o advogado que tem sido mal compreendido no transcorrer de toda a história universal, represente acima de tudo na hora presente, um dos esteios vanguardeiros da democracia e da defesa dos direitos da pessoa humana.

E quantas injustiças têm sido contra ele cometidas, sobretudo, quando empregando as suas armas que são a sua cultura, a sua disposição de luta, investe às vezes contra os poderosos do momento em defesa de um direito que a muitos pode parecer de menor substância, mas que para aqueles que o tem querido e para o seu defensor, é a maior causa que ele pode defender no momento.

E as injustiças que se cometeram e se cometem contra o advogado, são exatamente porque a sua missão ainda não tem sido bem compreendida. E quando se compara o seu trabalho com o trabalho desenvolvido pelos outros profissionais, pelas outras categorias, é comum sentir dos menos avisados, que este trabalho não significa tanto em prol ou em benefício da sociedade.

É evidente que a construção de uma ponte, a construção de uma hidrelétrica, a construção de uma rodovia, aparece muito mais do que o trabalho anônimo e às vezes obscuro do humilde advogado da comarca do interior e dos sertões brasileiros.

Entretanto, se formos pesar bem, a importância das duas funções, nós veremos que esta ponte, que esta rodovia ou esta hidrelétrica só terá valor social e efetivo no instante em que o homem que vai usar dos seus benefícios tiver principalmente e, acima de tudo, a sua liberdade garantida, a sua liberdade individual de pensamento, de palavra e de ação.

E os advogados neste episódio da vida brasileira estão significando aqui dentro e fora das fronteiras do Brasil quem sabe, a última vanguarda de defesa dos ideais legítimos, dos ideais do povo, dos ideais de liberdade e de justiça.

Defrontam-se no exercício da sua profissão com inúmeras dificuldades, não apenas as dificuldades de uma legislação tumultuada, de uma legislação que não vem hoje apenas dos congressos, e da lei formal, mas de uma legislação que vem tumultuada em termos de decreto, de portaria e de instrução, fazendo com que o bacharel em direito, com que o profissional da ciência jurídica que viaja perdido dentro de um verdadeiro cipal de leis, que não sabe a qual iniciar para defender os direitos do seu cliente. Não fosse esta dificuldade, o bacharel depende sempre, no exercício da sua profissão, não apenas da sua cultura, da sua boa vontade, da sua honestidade, mas, sobretudo, de outras pessoas fálveis como ele e como ele fálvels no aplicar a Lei; fálvels também no exercício das suas profissões.

Entretanto, esta Assembleia Legislativa, Sr. Presidente e autoridades aqui presentes, sabem que a hora é necessária para que se diga alto e bom som, dos agradecimentos do povo do Paraná aos bacharéis em direito desta terra, representados aqui pelo Dr. Elío Narezi, Presidente da Ordem dos Advogados, órgão que congrega os advogados e que tem o dever e o vem cumprindo fielmente, na defesa das suas prerrogativas, como homem que luta por uma causa, como homem que entrega-se a um ideal; o ideal mais nobre de todos aqueles que possa haver; o ideal da implantação da Justiça no solo da sociedade. E, para homenagear ainda aos juristas e aos mestres em direito desta terra, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, convidou para proferir uma palestra ao professor Egas Muniz de Aragão, cuja apresentação é desnecessária aqueles que conhecem as lides advocatícias dentro do Estado e aqueles que passaram pelos bancos da Faculdade de Direito da

Universidade Federal do Paraná. É um dos maiores processualistas de todo o Brasil. Conhecido fora das fronteiras, como o homem que dedicou a sua vida ao estudo do Direito Processual, ao estudo das matérias tão importantes, sobretudo no momento em que o Governo Federal encaminha ao Congresso Nacional o ante-projeto do Código de Processo Civil.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acreditamos que esta reunião, que, pela primeira vez, quem sabe, cede pela primeira vez esta Tribuna, que é do povo e dos seus representantes, aos bacharéis em Direito, para exporem o seu pensamento, para dizerem das suas idéias. Esta Sessão haverá de marcar uma época na história deste Parlamento, onde homens de todas as categorias que são aqui representados, deverão ter a oportunidade de expressar o seu pensamento, e defender as suas causas. Sejam bem vindos à Casa do Povo, Senhores Advogados, que lutam com muito sacrifício, às vezes contra as incompreensões e contra as injustiças mas que têm sempre presente, senão no seu escritório, pelo menos no seu coração, as palavras de Piero Calamandrey: "Aqueles que crêem na justiça, mesmo em oposição com os astrólogos, podem ver mudado o curso das estrelas".

Obrigado. (sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Com muita satisfação a Mesa concede a palavra ao ilustre professor Egas Muniz de Aragão.

O SR. PROF. EGAS MUNIZ DE ARAGÃO — Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba; Exmo. Sr. Representante do Sr. Comandante da Quinta Região Militar; Exmo. Sr. Comandante da Escola de Especialistas de Infantaria e Guarda; Deputados; autoridades presentes; minhas Senhoras; meus Senhores.

É escusado dizer que recebi com o maior desvanecimento, Sr. Presidente, o convite que esta Casa teve a gentileza de me estender. É uma honra muito grande que guardei com muita emoção, esta de poder falar aos Deputados que compõem a Assembleia Legislativa do Estado e aos meus colegas de profissão, no dia em que esta Casa se reúne para homenagear, com uma sessão especial, o transcurso de mais um aniversário da instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

A minha escolha se deve a um fato que marca o momento que estamos vivendo, muito bem ressaltado, por sinal, pelo emérito Deputado Cândido Martins de Oliveira, a quem rendo neste momento o preito de meus agradecimentos pelas palavras extremamente gentis que teve para com o seu apagado ex-professor, neste momento em que o Congresso Nacional recebe a Mensagem presidencial propondo o novo Código de Processo Civil para o País.

Salientou o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, a importância de que se reveste, no contexto nacional, um Código de Processo. O Código de Processo fixa o exercício de Direito; o Código de Processo fixa a tramitação das causas em Juízo e, consequentemente, é um instrumento de defesa dos direitos e garantias individuais, é um instrumento de defesa de que se valem as partes nesta tarefa dura de se restabelecer o direito violado.

Há, portanto, uma grande afinidade entre o Código de Processo Civil e toda a Legislação de um País. De nada ela valeria se não fosse possível que, através dos Códigos de Processo, fossem aplicadas as leis e, consequentemente, respeitado o Direito.

Desempenhou em nosso País um papel de grande relevância o Código de Processo Civil editado em 1940 e agora chegando quase ao ocaso de sua vida. Trouxe ele, para o nosso País, inovações que até então eram absolutamente desconhecidas e com isto provocou uma verdadeira revolução na ciência processual brasileira.

De lá para cá, entretanto, muita coisa aconteceu. O crescimento do País, o seu desenvolvimento econômico, as necessidades novas que surgiram, tudo isto levou à compreensão de que era chegado o momento de rever esta Legislação e, para a revisão desta Legislação, foi incumbido um Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que hoje ocupa o Ministério da Justiça, Professor Alfredo Buzaid e decidiu S. Exa., numa opção que era toda sua, porque a ele competia redigir o projeto, que ao invés de remodelar o Código existente, deveria fazer um projeto inteiramente novo, valendo-se, para isto, da experiência de profissional do Direito no magistério e na advocacia. E projetou um trabalho que vem de ser encaminhado ao Congresso e que apresentarei brevemente aos eminentes membros da Casa e colegas de advocacia.

Divide-se o projeto em cinco livros. Há um primeiro livro em que se trata do chamado processo de conhecimento, que é o processo normal para o exercício de qualquer direito em Juízo.

O segundo livro que cuida do processo da execução e se destina, como é natural, a dar cumprimento às decisões proferidas em Juízo.

O terceiro livro, que cuida das chamadas medidas cautelares e que se destina a tornar possível, em determinados momentos, preservar um estado de fato para que mais tarde, ao sentenciar a causa, não decida o Juiz sobre hipótese que já desapareceu.

O quarto, cuida dos chamados procedimentos especiais que são os destinados ao exercício das mais variadas gamas de Direito que possam ser objeto de uma demanda. Seriam, para exemplificar, o processo do despejo, o processo da cobrança da dívida, o processo da reintegração de posse ou divisão de um imóvel e assim por diante.

O quinto e último cuida das disposições finais e transitórias que, por sua própria natureza, são de relevo menor.

Contém este projeto 1236 artigos, o que põe à mostra, em termos numéricos, a importância e o relevo da matéria contida em todo este projeto.

Procurarei discutir apenas aquilo que seria o mais interessante para uma audiência como esta, de pessoas que, não sendo advogados, exercem, no entanto, uma atividade paralela à da advocacia. Não foi sem razão que Eduardo Couture, um dos grandes juristas universais, fez o paralelo que existe entre a advocacia do advogado que defende a causa e a advocacia do Deputado que defende os interesses da Nação.

Advogados somos todos.

E por esse motivo, procurarei destacar apenas aqueles aspectos que podem interessar mais aos Colegas que exercem advocacia pública de interesse da Nação e que são, os Srs. Deputados desta Casa.

O chamado "processo de conhecimento" divide-se em dois tipos de procedimentos. O dito ordinário que é aquele que normalmente se usa quando se ingressa em Juízo. Nesse procedimento dito ordinário, há um ritmo, um caminho básico que é seguido normalmente em todas as causas, durante o seu desenrolar.

Deste farei à medida que for desenvolvendo esta palestra, ressaltando os tópicos mais interessantes.

Do lado deste procedimento cria o ante-projeto, hoje projeto, já encaminhado ao Congresso, o procedimento sumário, por ele dito sumárioíssimo que se destina a solução das causas de pequeno valor econômico, que, para elas

fixa, o ante-projeto, um teto de 50 salários mínimos, ou seja, mais ou menos 12 mil e 500 cruzeiros, ou 13 mil.

E para determinados casos que, pela sua contextuar devem merecer um tratamento mais rápido do que o tratamento normal dispensado através do procedimento ordinário. Esses casos de procedimento sumaríssimo, diz a Lei, devem estar encerrados no prazo de 60 dias. Procura-se, assim, com isso, através de uma abreviação dos prazos, da diminuição dos atos em quantidade, através da celeridade, portanto, proporcionar, para essas questões uma solução mais rápida que possa vir no espaço de dois meses. Sendo, inclusive, possível que, do desrespeito desse limite de tempo, seja punido, ou melhor, resulte a punição dos responsáveis.

O chamado processo ordinário, o procedimento ordinário, não sofre essa limitação de tempo. Pode, portanto, se desenrolar em qualquer limitação quanto ao momento em que deva se encerrar. Inicia-se ele normalmente, através da apresentação do requerimento, em Juízo, chamado petição inicial, em que a parte expõe seu direito. Segue-se a citação do réu. E ele se defende, para o que contará com o prazo de 15 dias. Uma vez apresentada a defesa, traz o projeto, a primeira novidade digna de nota e que se chama o julgamento conforme o estado do processo. Se a causa, através daquilo que expõe o autor, ou daquilo que expõe o réu em sua defesa, estiver em condições tais de amadurecimento que possa o Juiz, desde logo decidir-lhe; ele ao invés de prolongar a vida da demanda, encerra-a desde logo, proferindo a decisão final. Essa decisão ainda pode ser proferida tão logo apresentada a defesa, nos casos em que a prova de defesa das partes sejam exclusivamente documentais. Ou ainda, nos casos em que o réu não tenha apresentado defesa, corre, portanto, o processo à revelia. Com isso se aproxima o processo do seu ideal de celeridade, porque, e isso é fácil de se compreender, que se for possível dispensar-se toda a tramitação do processo, a realização da audiência e a demora que isso acarreta, as soluções virão com muito maior rapidez, com muito maior desembaraço.

Para que tenham os Senhores uma idéia disso, é só lembrar que há inúmeras oportunidades em que a decisão do caso é marcada para vários meses depois da data que o Juiz designa. E esse intervalo entre o dia da designação e o dia da realização, em determinados casos, pode ascender a um semestre. E isso é uma perda, às vezes, irreparável.

Ora, nos casos em que não haja necessidade dessa audiência, para efeito de inquirir testemunhas, ou de colher provas, nada justifica que fiquem as partes aguardando o transcurso de todo esse tempo para obter então um pronunciamento do Juiz, e que ele poderá dar logo, desde o início, desde que inteirado das alegações de um ou de outro dos litigantes.

Este é um ponto extremamente positivo do projeto porque representa o encurtamento da demora nas demandas de todos quantos tenham uma questão a resolver em Juízo e sabem o quanto pesa o tempo que se perde à espera da solução final e que não se pode imputar senão às consequências naturais do tipo de aparelhamento com que cuida o Poder Judiciário.

Outro ponto positivo que, na minha maneira de encarar, contém esse projeto é a aceleração da prova pericial. Em toda a causa em que haja necessidade de apurar um fato, cujo conhecimento depende de juízo técnico, acima, portanto, do juízo comum do Bacharel em Direito, que é o Magistrado, há necessidade de um exame através de peritos. Assim estabeleceu-se entre nós, na praxe cotidiana, que acabou se transformando em Lei, que cada parte indicaria o seu perito e o Juiz, um terceiro, na hipótese dos peritos das partes não estarem de acordo. A experiência mostra que raramente um perito fornece uma conclusão desfavorável à pessoa por quem foi indicado. E o resultado que disso se colhe é que além dos advogados das partes há também as partes dos peritos quando as partes são do Juízo. Esta presença do perito que não tem, às vezes, uma noção exata de sua tarefa, e que por isto favorece a parte que o indicou, esquecido que seu dever é a isenção, levou a que se torne praticamente letra morta a regra do Código no que tange a existência de dois peritos e prepondera a segunda regra, que deveria ser a exceção, de que sempre se indique um terceiro perito. Esse da confiança do Juízo o qual não tendo sido indicado por nenhuma das partes, irá oferecer parecer exato, isento e acima da parcialidade comum dos outros dois.

Contra este tipo de atividade que provoca necessária demora, demora que provém não apenas do fato de ter que fazer o exame material, cuja apreciação, às vezes, é altamente intrincada, mas também do fato de que uma vez aprovada a divergência entre os dois peritos é necessário começar tudo de novo, um terceiro perito indicado pelo Juiz levou a que se estabelecesse um clima de crítica a essa maneira de encarar o problema. O projeto resolve isso adotando uma solução paralela ao do Código do Processo Civil, porque existe desde 1941, nas Leis das Desapropriações. O perito é exclusivamente do Juízo. O Juízo nomeia o perito de sua confiança; as partes indicam seus assistentes técnicos e esses assistentes técnicos irão policiar a atividade do perito em nome da parte desempenhando, de Lei, a atividade que até então desempenhavam de fato. Em vez de oferecerem de antemão um laudo que, normalmente, favorece a parte que o indicou; o auxiliar técnico irá policiar a atividade do perito do Juízo e ver se está, realmente, chegando à realidade. Talvez, sob este aspecto, o auxiliar técnico renda muito mais em benefício da Justiça do que renderia um perito que, embora munido de uma credencial do Juiz para agir com isenção, nem sempre logra fazê-lo. A realização da perícia nos mesmos moldes em que se faz na Lei de Desapropriação fará com que se torne desnecessário nomear os peritos das partes e depois o perito do Juízo. Para duas operações periciais, haverá apenas uma, desempenhada por um perito assessorado por dois assistentes que fiscalizarão e policiarão o laudo da perícia.

Estabeleceu o projeto uma solução que, mesmo paralela, pode ser nada hoje embora não esteja ainda em prática cotidiana e que é a chamada Inspeção Judicial. Regulamenta o Projeto do Código de Processo Civil a atuação do Juiz no caso em que ele próprio vai ao local examinar o assunto em vez de louvar-se exclusivamente na opinião dos técnicos. Há uma série de situações em que o próprio Juiz pode ir ver o que está acontecendo e da sua observação pessoal resultar numa forma de convencimento. Na nossa situação, na nossa Legislação atual isto não seria perfeitamente possível porque não se admite que o Juiz decida a causa em função do conhecimento que ele próprio aurir fora do processo. Através da regulamentação da inspeção judicial, ele poderá aurir o conhecimento, fazendo-o de modo oficial e basear-se naquilo que ouviu, naquilo que viu e naquilo que sentiu.

Ainda outro dia noticiavam os jornais uma demanda que corre em Porto Alegre, contra uma fábrica que emana gases, cujo odor tem perturbado a população; não é preciso talvez um perito para ir sentir o efeito desses gases, o efeito que causam quando provocam, na operação de despejo, algum dano. Mas no momento atual, ao Juiz não seria permitido ir ver a situação, voltar, e dar a sentença, porque isso implicaria na possibilidade

dele decidir pelo seu convencimento, e não por aquilo que consta dos autos e foi objeto de prova.

Através da inspeção judicial o Juiz designará o dia em que vai ver o que está acontecendo; as partes o acompanharão, fazem as suas indagações se necessário, e o Juiz, baseado nos seus conhecimentos assim auferidos, pronunciará a sua decisão.

Outra novidade que contém o Projeto — e é uma novidade que renasce porque já figurava em legislação anterior — é a conciliação.

A conciliação foi um dos pontos capitais obrigatórios, termo essencial do nosso processo no regime do Império, à tal ponto, que figurava na Constituição, no Império; depois foi sendo aos poucos posta de lado, e hoje, existe apenas na Justiça do Trabalho ou nas ações que dizem respeito a desquites e alimentos. De modo que, aos poucos, foi a conciliação — como eu dizia — perdendo a sua oportunidade. O Projeto a restaura e a estabelece como uma das condições necessárias durante a realização do processo. Deverá o Juiz convocar as partes à sua presença e expor-lhes o que acontece, a fim de ver se elas entram numa composição. Parece que o momento adotado pelo Projeto não é o mais feliz — a conciliação, para render efeito, penso eu, deve ser tentada logo ao início da causa, e o Projeto no entanto, coloca a tentativa de conciliação depois de encerrada a instrução probatória, ou seja, quando já se está à véspera da sentença. Não me parece que a conciliação, nesse momento, traga o efeito que poderia trazer, se a tentativa fosse, como ocorre no processo da Justiça do Trabalho, o primeiro ato do Juiz na causa.

Adota ainda o Projeto uma outra medida que já vem sendo posta em prática de uns anos a esta parte, pelo Superior Tribunal Federal, que é a uniformização da jurisprudência.

Não há coisa mais difícil de explicar, seja do técnico seja do leigo, do que esta de que, duas salas contíguas, dois órgãos de um mesmo Tribunal julguem causas idênticas, de modo diverso; ou o Direito é, ou o Direito não é. Não se pode conceber que na sala da esquerda se diga SIM, na sala da direita se diga NÃO. Mas isso é uma contingência normal do julgamento humano, cada um de nós tem uma opinião e nesse confronto das opiniões não há coisa mais comum ou paradoxal que esta afirmativa possa parecer, do que esta disparidade das decisões.

O Superior Tribunal vem de adotar duas medidas para solucionar este problema: uma primeira, anterior, que é a possibilidade, naqueles casos em que se presume que haverá a contradição entre as suas duas formas de julgamento, de ser a decisão proferida em plenário, quando então não há possibilidade desse contraste; a segunda parte da mesma medida — é a inscrição naquilo que se convencionou chamar a Súmula da Jurisprudência, predominante das decisões, dos verbetes, das ementas correspondentes àquelas decisões em que o tribunal tenha uma decisão pacífica, a fim de que os conhecedores dessa orientação pacífica do tribunal, todos os Juizes, Advogados e Tribunais possam valer-se dela, e através de uma medida singular denominada Jurisprudência.

O Projeto estende essa medida a todos os tribunais, todos os tribunais poderão decidir em plenário as causas em que se supõe haver controvérsia. E elas são muito comuns quando uma determinada lei que atinge muitas relações jurídicas, entra em vigor; é o caso da Lei Fiscal, nova, que em geral provoca uma enorme massa de questões, até que seja apaziguada a dúvida, na sua interpretação; por outro lado pode que também os tribunais, não apenas o Supremo Tribunal mas todos, adotem uma súmula da sua jurisprudência.

Aqui ainda tenho eu uma ressalva de natureza técnica:

O Supremo Tribunal, pelo modo de ser da sua atuação, decide apenas as teses de Direito e é fácil ter opiniões definidas em torno de teses de Direito. Os Tribunais inferiores julgam principalmente a matéria de fato e é difícil às vezes apaziguar opiniões de fato em torno de matéria de fato. Porque uma pequena diferença na apresentação do problema transforma uma realidade em outra. Aquela que seria exata não fora determinada mínima circunstância, passa a ser errada em face da presença dessa circunstância. Tenho minhas dúvidas e já as expus inúmeras vezes quanto a exceção desse método de poderem os Tribunais que julgam a questão de fato terem também a sua súmula. Isso pode conduzir pelo comodismo a aplicação da súmula em casos que não são perfeitamente idênticos o que resultaria numa injustiça. Outro problema que o Ante-projeto tinha de resolver e o resolveu por uma forma que o Projeto alterou é o dos recursos. O professor Buzaid havia reduzido drasticamente o recurso a fim de que não se prolongasse a causa através de uma série de medidas às vezes até protelatórias, tão conhecidamente protelatórias que o Código contém uma sanção explícita contra o emprego do chamado recurso de embargo de declaração com essa finalidade protelatória, mas havia reduzido drasticamente os recursos de modo a que quase que houvesse apenas dois. Um recurso do Juiz ao Tribunal outro recurso do Tribunal ao Supremo Tribunal. A Comissão revisora entretanto alterou esta orientação e nós continuamos mais ou menos como estávamos, haverá um recurso que vai do Juiz ao Tribunal contra os pronunciamentos que o Juiz vai emitindo à medida que a causa corre; e o agravo de instrumento. Haverá um recurso contra o pronunciamento final que o Juiz dá, ao encerrar a causa, dizendo quem tem o quem não tem razão, ou mesmo dizendo que não pode decidir-la por qualquer defeito de técnica que será a Apelação. No Tribunal, uma vez lá chegada a causa ainda perduram dois recursos e o Código atual contém o embargo de nulidade infringente do julgado cujo emprego depende de na decisão do recurso ter havido maioria de votos ou seja, não teriam sido unanimidades as opiniões, ou ainda o recurso de revista cuja presença destina-se a uniformizar a jurisprudência quando se trate de haver dois casos decididos de maneira diversa embora seja uma só a tese de direito e a questão de fato. Pareceu, em nossa opinião, que o Projeto está abaixo do Ante-projeto que, através de medidas como a uniformização da jurisprudência mediante do julgamento diretamente em Plenário, seria talvez mais fácil de se alcançar esta uniformidade que através do recurso de revista. A comissão contudo, pensou diferentemente. No que diz respeito a recursos estabelece o Projeto ainda como fazia o Ante-projeto uma modalidade especial que se denomina o recurso adesivo. Todos nós já tivemos um problema, não digo como advogados mas como partes que poderia levar a um recurso adesivo. Comparece o cidadão a Juízo e pleiteia 100. O Juiz lhe dá 80. Com isso ele se satisfaria mas aquele que perdeu vai recorrer e há o risco de que no Tribunal Superior ele obtenha os 20 ainda. Ao invés, o Tribunal reduz a condenação a benefício do que perdera, e então aquele que tenha 80 pode ficar com menos. Normalmente isso leva a que nessas decisões que não atribuem vitória integral a uma parte mas sim divididamente a ambos, ambos recorrem. Através dessa modalidade que era europeia, por demais conhecido na Europa e de nenhum emprego entre nós até agora, no chamado recurso adesivo, consente-se que aquele que recorre, aquele que quer recorrer

tenha depois, junto com o seu o recurso da parte contrária, que só o faz porque o outro havia recorrido. Eu obtivera 80, estaria satisfeito com uma parte, a decisão é recorrida para reduzir a minha vantagem, adiro então ao recurso para pleitear os 20 que eu também queria, mas não havia obtido. Outro ponto positivo do Projeto é o que diz respeito a abolição da alçada para recorrer. A meu ver não há medida mais injusta e mais inócua do que estabelecer de que as causas de pequeno valor fiquem decididamente em primeiro grau sem irem ao Tribunal. O fato de alguém ter uma causa pequena não pode constituir um óbice a que obtenha um julgamento superior.

Se existe o Tribunal é porque há uma presunção, já milenar, de que a decisão pode não estar certa. E não é justo que os humildes, os que só têm causas pequenas, não obtenham do Tribunal ou a reforma da decisão ou a confirmação desta. O anteprojeto abole esta atual limitação que o Código de Processo Civil contém, de não caber apelação nas causas de valor igual ou inferior a dois salários mínimos.

No que tange a execução de sentença contém o anteprojeto algumas novidades. Uma delas, no sentido da unificação da execução. Hoje, nós temos duas situações diversas para um único fato. O devedor tanto pode ser alvo de uma execução porque se proferiu contra ele, uma sentença condenando-o a pagar uma quantia, como pode ser alvo de uma execução, porque emitiu um título cambial e não o pagou no vencimento.

Para a primeira situação, o Código de Processo Civil prevê um caminho, para o segundo o código prevê outro e diversos caminhos. O anteprojeto reúne tudo e a execução para a cobrança da dívida passa a ser uma só: Provenha a dívida de uma condenação judicial, provenha a dívida de um título de crédito. Apenas varia a amplitude da defesa, a defesa de quem foi condenado a pagar em Juízo necessariamente é menor, porque já a exerceu antes sem êxito, do que a defesa daquele que foi apenas chamado a pagar um título cambial.

E em se tratando de título judicial portante, que é a sentença, a defesa é restrita. Em se tratando de título extra judicial ou cambial e todos os demais que lhes são assemelhados, a defesa é ampla.

Neste tipo de cobrança com execução unificada entra inclusive o executivo fiscal, desaparecendo portanto, um dos procedimentos específicos que se tem no momento. Em matéria de execução ainda contém o Projeto uma pequena providência, mas que na prática tem tanto efeito que eu me permiti lembrá-la.

É o fato de se fazer de uma só vez, a praça e o leilão. Quando um devedor não pode pagar e se ele penhora alguma coisa e esta coisa há de ser vendida para apurar o dinheiro necessário ao pagamento, no nosso sistema atual há duas tentativas de alienação.

A primeira que se chama "a praça", em que se tenta obter um valor pré-determinado e a segunda que se chama "o leilão" em que se contenta a Justiça com qualquer valor. Ora, a necessidade de realizar dois ou o mesmo ato duas vezes, a necessidade de publicar-se editais pelos jornais, o tempo que se perde é absolutamente inadmissível. Em consequência, se adotou o critério de fazer-se "a praça" e meia hora depois se ela não tiver tido êxito realizar-se "o leilão".

Mais ou menos isso que é tão comum na vida de todos nós, nas sociedades cujas assembleias são marcadas para às oito, com um número regimental, às oito e trinta com qualquer número a fim de não haver necessidade de nova convocação. Estabelece o Projeto ainda, outra vantagem para o devedor civil que então não se lhe reconhecia, que é um instituto de insolvência civil. Sabem os Senhores que se um comerciante vai à falência e entrega o seu patrimônio comercial aos seus credores, passado determinado tempo está reabilitado e livre para começar a comerciar de novo.

Para o devedor civil é o contrário. Pode entregar tudo o que tem aos seus credores, mas enquanto a dívida que não conseguiu pagar ainda, não tiver chegado à prescrição, continua sujeito a ela.

O Anteprojeto estabelece um regime de concurso universal de credores equivalente ao que seria denominado "A Falência Civil". E como corolário deste instituto adota o princípio da reabilitação; depois de uma certa altura reputa-se prescrita toda e qualquer dívida e o cidadão pode voltar à sua atividade normal, sem aquele aspecto que antes existia, de aguardar a prescrição em geral longa, dos créditos que não logrou a pagar por inteiro. O ponto negativo deste Projeto, parece, é o da chamada "liquidação de sentença".

As vezes, dois automóveis se chocam, e aquele que é vítima do acidente, vai a Juízo e obtém uma sentença que condena ao causador do acidente a pagar o dano, mas não se teve a cautela de apurar desde logo a quanto monta este dano. E em consequência disso, é necessário através da chamada "liquidação de sentença", promover a apuração do valor deste dano.

Esta liquidação de sentença normalmente é um dos grandes empecilhos na realização rápida da justiça, porque na parte das causas, é o tempo necessário à obtenção da sentença. O exato seria — e o Código de Processo Estadual do Paraná previa essa solução, que se abreviasse a liquidação da sentença. Se já se sabe que fulano deve a beltrano e que o Juiz condenou portanto, fulano a pagar, o normal é que rapidamente se liquide o valor, se apure o valor que deve ser pago, a fim de que esse credor receba o que lhe é devido. O Anteprojeto entretanto mantém o regime atual, liquidação rápida chamada por cálculo para as operações simplesmente aritméticas ou seja calcular o juro da dívida; liquidação um pouco mais complexa que a chamada, por arbitramento, quando tudo depende apenas de apurar valores com operação mais complexas. E liquidação chamada, por artigos, tão demorada quanto um processo qualquer, na hipótese da necessidade da prova de fato novo.

O tópico penúltimo que me restaria abordar, diz respeito às "Medidas Cautelares". São Medidas Cautelares, essas que todos nós às vezes necessitamos, para manter um estado de fato, até o momento da decisão. A limitar que se dá no Mandado de Segurança, para que ao decidir o Mandado de Segurança já não se tenha consumado a ilegalidade, irreversivelmente. O sequestro do bem, para que não seja delapidado durante o curso da causa. E assim, uma série de providências, que é necessário adotar, em determinado momento. O projeto, mantendo, como não poderia deixar de ser, as medidas cautelares, alarga-se nem só no sentido de concluir novas hipóteses, como no sentido de conceder ao juiz a possibilidade de preservar qualquer situação, desde que isso se faça necessário. E me acode à lembrança, um exemplo que consta de um trabalho de um ilustre advogado brasileiro, Dr. João de Oliveira Filho que, tendo visitado o Palácio da Justiça em Paris, foi informado de como procederia a Justiça Francesa, num casinholo banal, mas de consequências, às vezes aborrecidíssimas, que é o fato de, no andar de cima, arranchar uma torneira, e essa torneira arranchada provocar um dano no apartamento de baixo. O Juiz francês pode imediatamente mandar consertar a torneira, verificar qual foi o prejuízo

causado e depois propor uma ação de cobrança. O resultado disso é dessas pequeninas questões, nascem, às vezes, inimizades, inimizades que no interior chegam às vezes à morte. Não há caso mais típico dessas pequeninas coisas que redundam em grandes problemas, do que se deu até com a evolução de um determinado vocábulo: chamam-se rivais, hoje, as pessoas inimigas; chamavam-se rivais, na antiguidade, aqueles que moravam às margens de um mesmo rio. Mas os moradores ribeirinhos de tal forma sempre brigam, que a palavra rival acabou ganhando uma nova conotação.

Essas pequeninas questões em juízo às vezes são insolúveis, porque os instrumentos de que um juiz dispõe ou que o advogado dispõe, não são nabeis à sua solução.

Esta medida que o Projeto adota, portanto, de conceder ao Juiz a permissão de, em qualquer caso, adotar medida adequada à sua solução, ainda que não esteja previsto expressamente, resolve esses problemas.

Por último, contém o Projeto uma gama de chamados procedimentos especiais, algumas das chamadas "jurisdição contenciosa" em que as partes disputam em torno de um direito. Algumas das chamadas "jurisdição voluntária", em que, na verdade, não há disputa. O Estado apenas interveio para com a sua autoridade preservar uma situação, ou cancelar uma situação. É o caso do Juiz que autoriza o pai a vender o bem do filho menor. E assim por diante. São nesses procedimentos específicos, para determinadas situações concretas. Nesses procedimentos alguns dos atuais foram abolidos, alguns dos atuais foram conservados. Abolidos foram realmente vários, mas conservados foram também, numa proporção realmente grande. Parece-me que é o ponto fraco do Projeto. Quanto maior quantidade de procedimentos houver, mais dificuldade naturalmente, na sua aplicação.

Eram estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as considerações para as quais eu me permiti tomar o tempo de VV. Exas. e peço que me escusem, com os melhores agradecimentos, pela gentileza que me concederam. — (Palmas) — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com muita honra, concedo a palavra ao Dr. Elío Narezi, digno Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná. — (Palmas).

O SR. ELIO NAREZI — Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Sr. Representante do Comandante da Região; Exmo. Sr. Comandante da E.O.E.G.; demais autoridades presentes; caros Colegas.

A iniciativa oportuna por todos os títulos que teve o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira de, a um só tempo relembrar a fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil e também prestar homenagem aos advogados, merece, é claro, o agradecimento perene e eterno da classe.

Todos nós, no fundo, somos advogados. Mas o advogado verdadeiro não pode ser aquele que se limita pura e simplesmente ao dia a dia do foro, onde ganha o suficiente para sua subsistência. O verdadeiro advogado é aquele que se integra no Direito e, como lembrou o eminente Deputado, coloca acima das questões diretamente ligadas com seu exercício profissional, os direitos públicos inalienáveis, as liberdades primárias sem as quais não é possível supor a existência da advocacia.

Nos momentos históricos, quer na antiguidade clássica, quer na história de nosso País, como vanguarda na luta pela liberdade pública estiveram sempre os advogados.

Seria fastidioso e inoportuno, neste momento, a quem apenas agradece, relembrar os vultos da história nacional, mas não deixaria de ser interessante a lembrança de que Rui Barbosa, nosso patrono, na luta, pelas suas convicções, na luta pelo primado do direito e pelos postulados constitucionais, teve inclusive que se foragir do território nacional. A história o diz e a história o explica e Rui, decorridos tantos anos, é não só o patrono dos advogados, mas o jurista gigantesco que participou ativamente da evolução do Direito nacional.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nas Casas Legislativas é onde se faz sentir a presença dos advogados. Mesmo aqueles Parlamentares que não estão integrados no exercício da profissão, no convívio com os advogados aprendem a resolver os problemas legais raciocinando como advogados.

A homenagem desta Casa que recebo em nome do Conselho e da classe, so dignifica os eminentes Deputados e mostra que já se entende que o advogado não é um ilustre desconhecido, que merece o respeito, como sempre mereceu, de toda a sociedade e o seu trabalho, embora anônimo e obscuro, é um trabalho dignificante que não pode ser colocado de lado nunca, em nenhuma sociedade civilizada.

Meus agradecimentos e, em nome da classe, apresento o testemunho de gratidão a esta Casa. (Palmas). — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não obstante o fato de já se terem feito ouvir vozes mais que autorizadas a dizer do real significado da instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil e de realce merecido com que se deve aureolar a ação dos advogados em nossa Pátria, não obstante, repito, não se furta a Mesa da Assembleia do Paraná ao dever, que entende inarredável, de dar seu testemunho sobre a imensa valia da atuação dos advogados numa Casa Legislativa como esta.

A atual Mesa da Assembleia, como terá ocorrido com as que a antecederam e certamente acontecerá com as futuras, é testemunho vivo de que, nos legislativos, a presença do advogado importa muitíssimo. A lida constante com a matéria legal, na área escolar ou na atividade profissional, desde logo credencia o bacharel em Direito a uma atuação mais desembaraçada, objetiva e eficaz. Cabe-lhe, mais que a outros, zelar no sentido de que a ação legislativa se enquadre nos ditames da técnica apropriada, como lhe cumpre, também, e mais adensadamente, o delineamento exato que, não permitindo o excesso, também não comporte a omissão.

Compete-lhe mais que tudo, mercê da sensibilidade político-jurídico que é o apanágio do advogado-legislador, orientar e até tragar as diretrizes de procedimento que distanciem a atividade parlamentar de um mimetismo confortável mas improdutivo e, pelo contrário, conduzam-no ao indispensável atendimento de suas finalidades, em correspondência ao que dos Legislativos esperam Estado e País, Governo e Povo.

Por isso mesmo a Mesa Diretora junta as suas as homenagens já prestadas à nobre classe dos advogados.

Antes do encerramento, deseja esta Presidência agradecer, penhoradamente, a comparsamento a esta solenidade, das ilustres autoridades civis, militares e eclesiásticas aqui presentes, do Senhor Presidente da Ordem dos Advogados — Seção do Paraná, de seus Conselheiros, e de todas as demais pessoas cuja presença tanto brilho conferiu à sessão que ora declaro encerrada.

Levanta-se a sessão.